



5535 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPED (2019)  
 GT05 - Estado e Política Educacional

A ATUAÇÃO DA BURGUESIA BRASILEIRA NA REFORMA DO ENSINO MÉDIO  
 Sérgio Feldemann de Quadros - UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas  
 Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPESP

### **A ATUAÇÃO DA BURGUESIA BRASILEIRA NA REFORMA DO ENSINO MÉDIO**

#### **Resumo**

Compreender a relação entre os interesses comuns e distintos das frações da burguesia na orientação das políticas educacionais é uma tarefa complexa. Este trabalho analisa a participação do empresariado nas audiências da medida provisória 746/2016 que reformou o ensino médio. A análise aqui presente faz parte de uma pesquisa de mestrado que procura compreender a influência do empresariado nesta reforma. Neste texto, serão analisados as falas e os posicionamentos do empresariado nas audiências públicas da reforma, com a finalidade de compreender sua atuação no contexto político do golpe parlamentar de 2016. Os resultados, neste momento da pesquisa, apontam que o empresariado que atua na indução das políticas educacionais, por mais que no âmbito econômico possa fazer parte das frações da burguesia interna, com interesses ora distintos do imperialismo, não distingue seus posicionamentos da fração da burguesia a ele associada, legitimando no território nacional as orientações dos organismos multilaterais.

**Palavras-Chave:** Reforma do Ensino Médio. Imperialismo. Burguesia brasileira. Audiências Públicas MP746/2016.

#### **Introdução**

Compreender a relação entre os interesses comuns e distintos das frações da burguesia na orientação das políticas educacionais é uma tarefa complexa. Neste texto, a partir da análise do posicionamento do empresariado nas audiências públicas da medida provisória 746/2016 serão feitos alguns apontamentos e considerações sobre esta questão. A análise aqui presente faz parte de uma pesquisa de mestrado que procura compreender a influência do empresariado nesta reforma. Outros dados compõem esta pesquisa, assim como outros documentos do empresariado, bibliografias e entrevistas. Os resultados aqui apresentados são considerados parciais, tendo em conta que a pesquisa ainda está em andamento.

Em relação às audiências públicas da medida provisória e à tramitação no congresso, foram fichadas as transcrições de todas as falas nas audiências, de acordo com a relevância para a pesquisa. Para este trabalho, o recorte foi a fala do empresariado.

O principal motivo da escolha das audiências é pela análise de uma das formas de participação do empresariado, tanto enquanto convidados como “especialistas” em educação, quanto pela indução do seu discurso na lei da reforma e nas falas de outros atores.

Num primeiro momento, será contextualizado o período da reforma. Depois será apresentada a participação dos empresários nas audiências e suas principais falas. Ao final, serão realizadas as considerações parciais que a pesquisa tem indicado.

#### **O impeachment de Dilma Rousseff e a medida provisória 746/2016**

O contexto de 2016 foi bastante conturbado em meio às disputas políticas iniciadas em 2013, sobretudo na crise de governabilidade que a presidenta Dilma vinha sofrendo. A crise do modelo neodesenvolvimentista foi exacerbada pelas disputas na frente que sustentou os governos PT, a burguesia interna e parcelas da classe trabalhadora. O governo Dilma adotou algumas iniciativas que geraram uma “nova matriz econômica”: redução da Selic, do *spread*, desvalorização do real, ampliação política do conteúdo local, isenções fiscais para capital produtivo, etc. Estas medidas privilegiaram o capital produtivo nacional, uma parte da burguesia interna. Isso consolidou uma crise nesse bloco de poder que, com a ofensiva da burguesia compradora e do capital financeiro internacional, gerou uma luta contra o governo Dilma (BOITO JR., 2016; 2018).

Não é possível considerar que a disputa entre a burguesia interna<sup>[1]</sup> e a associada se constitui por valores antagônicos, mas por uma linha tênue, tornando-se, com a crise, sinuosa e maleável. A adesão da alta classe média às demandas do *impeachment*, as quais estavam representadas pela burguesia associada, do campo neoliberal ortodoxo, não se dá no ponto de vista econômico de forma tranquila; sua aderência acontece mais pelas questões da conjuntura ideológica, entre as quais a manutenção de privilégios, seja pela reserva de mercado e acesso exclusivo à educação superior pública ou pelo ódio às políticas de transferência de renda, programas sociais como o Mais Médicos, o aumento do custo de funcionários domésticos, etc. Isso não quer dizer que o PT tenha realizado uma política de interesse à classe

trabalhadora, nem que fosse ao encontro das lutas trabalhistas, pelo contrário, suas ações foram na direção de amenizar os impactos que as políticas capitalistas neoliberais geravam. Aos olhos da burguesia associada e da classe média alta, pelo fato de o campo neoliberal ser muito mais repressivo às demandas dos trabalhadores, o PT foi visto como demasiadamente tolerante (BOITO JR., 2016).

Dado o apoio midiático e de parcelas da população que aderiram à conjuntura ideológica, bem como a composição do congresso mais conservador desde o golpe militar de 1964, o golpe parlamentar travestido de *impeachment* teve sucesso, terminando seu ciclo no dia 31 de agosto de 2016. Michel Temer assume a presidência da república e traz para sua base os partidos que faziam oposição conservadora-neoliberal ortodoxa ao governo PT.

Em apenas 22 dias de mandato, o governo de Michel Temer sancionou a reforma do Ensino Médio por meio da Medida Provisória 746, de 22 de setembro de 2016, posteriormente transformada na Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Esta reforma gerou resistência por parte de muitos movimentos sociais, a exemplo de diversas ocupações de escolas, como também de entidades científicas, de classe, entre outras. Muitos pesquisadores criticaram a proposta, uma vez que seu conteúdo parecia atender apenas às demandas levantadas pela burguesia.

Medida provisória é um dispositivo da Constituição Federal reservado ao presidente da República para casos de emergência e urgência e determina um regime de tramitação de até 120 dias, sendo que, decorridos 45 dias, a tramitação passa a ser em regime de urgência, sobrestando os trabalhos do congresso (BRASIL, 1988). Portanto, dada sua rápida tramitação no congresso, é considerada uma medida autoritária, que impede debates que possam incluir a maior parte da população e uma reflexão mais consistente.

Alguns autores têm apontado a importância de compreender que a reforma do ensino médio se insere num conjunto de reformas demandadas por setores empresariais, das quais foram implementadas no governo Temer, sobretudo a Emenda Constitucional (PEC) n.º 241 ou n.º 55, que limita os gastos com educação, saúde, assistência social e congela o salário mínimo pelos próximos 20 anos; e a reforma trabalhista, que flexibiliza também a contratação de trabalhadores (ZAN; KRAWCZYK, 2018; FERRETTI, 2018).

Alguns pontos da MP746/2016 merecem destaques para reflexão que será proposta neste trabalho: permanência apenas de matemática, português e inglês como disciplinas obrigatórias no currículo do ensino médio (Art. 26, § 2.º, § 5.º e 6.º e Art. 35-A, § 2.º, 3.º e § 4.º); organização curricular do ensino médio pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e por itinerários formativos (Art. 36) –, a serem ofertados de acordo com a escolha dos sistemas de ensino; definição do limite da carga horária para a BNCC (não mais que 1800 horas - Art.35 A, §5.º); flexibilização para cumprimento de componentes curriculares em instituições a distância com “notório reconhecimento”, bem como demonstração prática de competências, comprovação de experiência de trabalho supervisionado, entre outros (Art. 36, §11); flexibilização para contratação de professores para o itinerário profissional com “notório saber” (Art. 61, inciso IV); (BRASIL, 2017a).

### As audiências públicas

A Comissão Mista da Medida Provisória 746/2016 foi instalada no dia 19/10/2016 tendo sido eleitos os seguintes parlamentares: para presidente da comissão deputado Izalci Lucas (PSDB/DF); vice-presidente Senador Elmano Férrer (PODE/PI); Relator Senador Pedro Chaves (PSC-MS); e Relator Revisor Deputado Wilson Filho (PTB-PB), que havia sido relator do PL6840/2013.

No dia 25/10/2016 foi realizado a 2ª reunião da comissão para a aprovação do plano de trabalho e dos requerimentos para realizações de audiências públicas. Foram aprovados todos os 37 requerimentos, alguns solicitando audiências em outras cidades, outros solicitando o convite de nomes e representantes de entidades para a composição das audiências no próprio congresso.

### Quadro 2 – Calendário de eventos importantes da tramitação da MP746/2016

Data	Evento
23/09/2016	Publicação da Medida Provisória 746 no DOU (edição extra).
30/09/2016	Apresentação das ementas à MP746 pelos parlamentares
05/10/2016	1ª reunião para Instalação da Comissão e eleição de Presidente e Vice-Presidente (Cancelada)
19/10/2016	1ª reunião para Instalação da Comissão e eleição de Presidente e Vice-Presidente
25/10/2016	2ª reunião: Apreciação do Plano de Trabalho e de Requerimentos para as audiências públicas
01/11/2016	3ª reunião: Audiência Pública Interativa
08/11/2016	4ª reunião: Audiência Pública Interativa
09/11/2016	5ª reunião: Audiência Pública Interativa
16/11/2016	6ª reunião: Audiência Pública Interativa
22/11/2016	7ª reunião: Audiência Pública Interativa
23/11/2016	8ª reunião: Audiência Pública Interativa
24/11/2016	9ª reunião: Audiência Pública Interativa
28/11/2016 (manhã)	10ª reunião: Audiência Pública Interativa
28/11/2016 (tarde)	11ª reunião: Audiência Pública Interativa
29/11/2016	12ª reunião: Leitura do relatório pelo Senador Pedro Chaves
30/11/2016	12ª reunião (continuação): Apreciação do relatório

13/12/2017	Aprovada, na Câmara dos deputados, a Redação Final assinada pelo Relator revisor, Dep. Wilson Filho (PTB - PB).
08/02/2017	Aprovado o projeto de lei de conversão no Senado Federal
17/02/2017	Sancionada e lei 13.415/2017 pelo executivo nacional e publicado no DOU.

Foram apresentados requerimentos para as audiências públicas. Os parlamentares sugeriram nomes para a composição das mesas, de modo que se realizaram oito audiências no congresso nacional sendo uma delas foi cancelada devido ao não comparecimento justificado dos ex-ministros do MEC Fernando Haddad e Aloísio Mercadante (convidados para 10ª reunião da comissão mista).

### Falas do empresariado nas audiências

#### Quadro 3 - Palestrantes nas audiências

<b>Atores do empresariado e terceiro setor</b>	<b>Burocratas, dirigentes, conselheiros, etc.</b>	<b>Entidades científicas, movimentos sociais, sindicatos, pesquisadores, etc.</b>
Ronaldo Mota - Reitor da Universidade Estácio de Sá	Rossieli Soares da Silva - Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação	Antônio Lacerda Souto - Fórum Nacional e Confederação de trabalhadores do Campo
Wilson de Matos Silva - Reitor da UNICESUMAR	Celso Augusto Souza de Oliveira - Presidente da UNDIME	Maria Ines Fini - presidenta INPEP
Maria Alice Setúbal - CENPEC	Ivan Cláudio Pereira Siqueira - Vice-Presidente da Câmara de Educação Básica do CNE	Monica Ribeiro da Silva - Movimento em defesa do EM
Ricardo Henriques - Unibanco	Mariza Abreu - consultora da Câmara dos Deputados para a comissão de educação	Iria Breznski - ANFOPE
Danival Roberto Alves - Diretor do colégio Cinesista.	Ângela Maria Paiva - Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes)	Camila Lanes - UBES
Olavo Nogueira Filho - gerente de projetos do TODOS PELA EDUCAÇÃO	Rafael Ribas Galvão - Diretor de Ensino do Instituto Federal do Paraná	Carine Vitral - UNE
João Batista Araujo e Oliveira - Presidente do Instituto Alfa e Beto	Rodolfo Fiorucci - Diretor-Geral do Campus Jacarezinho do Instituto Federal do Paraná.	DANIEL TOJEIRA CARA - Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito a Educac;ao
Simon Schwrtzman - Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade	Frederico Amâncio - Secretário de Educação do Estado de Pernambuco e Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed)	Remi Castioni - Professor da UnB.
	Claudia Schiedeck - Reitora do IFRGS	Moaci Alves Carneiro - pesquisador
	Walter Pinheiro - secretário de educação da Bahia	Marta Vanelli - secretária da CNTEE
	Eduardo Deschamps- presidente do CNE	Eduardo Rolin de Oliveira - Sindicato dos docentes da rede federal
	Adilson César de Araújo, Pró-Reitor de Ensino do IFB e membro do CONIF.	Isaac Roitman - Diretor da SBPC

Ricardo Chaves Martins  
 - consultor nosso da  
 Câmara dos Deputados  
 Maria Helena  
 Guimarães de Castro -  
 Secretária Educação  
 Básica do MEC  
 Fernando Haddad - ex-  
 ministro do MEC  
 Renato Janine Ribeiro -  
 ex-ministro do MEC  
 Aloizio Mercadante -  
 ex-ministro do MEC  
 Mendonça Filho -  
 ministro do MEC

Quem inaugura as falas pelo empresariado é Ronaldo Mota, reitor da Universidade Estácio de Sá, um dos maiores grupos de ensino superior privado do mundo. A primeira questão que chama atenção é o fato de o nome de Ronaldo Mota não ter aparecido em nenhum dos 37 requerimentos solicitados para as audiências.

A fala deste ator marca uma posição ideológica bem clara, com forte anuência à reforma e seu espírito neoliberal. A flexibilidade da reforma foi a característica de maior elogio por Ronaldo. Várias intervenções marcaram sua posição em relação à paradigmas fortes do contexto neoliberal, da empregabilidade, do empreendedorismo e do aprender a aprender.

*Provavelmente, estamos caminhando aceleradamente para um mundo em que o melhor trabalho ou a maior possibilidade de arranjar trabalho no futuro será criar o seu próprio trabalho. É como se eu dissesse: caminhamos para um cenário em que o mais provável emprego seja a pessoa ter a capacidade e a competência de criar o seu próprio emprego. Isso é muito distinto de tudo o que nós vimos antes.*

*[...] E educar para esse novo cenário é como se eu dissesse, inclusive e especialmente no ensino médio, que é menos relevante o que o aluno aprendeu, e é muito mais relevante se, no processo de aprendizagem, ele conseguiu amadurecer, crescer a sua capacidade de conhecer como ele aprende. [...] É como se eu dissesse - uma palavra que não me agrada muito, mas é pertinente - que aprender está ficando menos relevante do que aprender a aprender (RONALDO MOTA, 4ª reunião da CMMPV 746/2016, 8/11/2016).*

Mesmo não fazendo menção ao texto da lei especificamente, termina sua fala por indicar aprovação a medida provisória.

O segundo ator a falar nas audiências foi o ex-senador pelo PSDB-PR Wilson de Matos Silva, proprietário e reitor da UNICESUMAR, uma das maiores universidades privadas do Brasil. Também não foram encontrados requerimentos que solicitassem sua presença. Sua fala foi marcada pela defesa da urgência da reforma do Ensino Médio, considerando o suposto fracasso desta etapa. Declarou que os problemas de evasão se dão pela falta de atratividade (por não ser prazerosa) da escola, criticou a “aprovação automática” e fez algumas considerações sobre as “colas” que os alunos fazem e que atravancam o desenvolvimento da educação.

Elogiou o incentivo da reforma ao tempo integral e à flexibilização do currículo por áreas. Defendeu a orientação vocacional e o estímulo à educação profissional, pois nem todos têm “vocação” aos estudos teóricos. Criticou as ocupações contrárias à reforma, alegando que os jovens não teriam lido a Medida Provisória. Concordeu com o notório saber ao mesmo tempo que criticou a atual legislação da complementação pedagógica que demanda 1440 horas de formação na área educacional à profissionais não licenciados. Para ele, as 360 horas que se exigem de complementação para o ensino superior seriam suficientes para o ensino médio.

A terceira instituição representada foi o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), com a fala de sua presidenta, Maria Alice Setúbal. Ainda que a instituição seja bem conhecida, não foram encontrados requerimentos com solicitação de sua presença. Maria Alice fez crítica ao formato de medida provisória, ainda que concordasse com seu conteúdo. Fez menção à importância de se pensar também a reforma dos anos finais do ensino fundamental, pois os alunos do ensino médio chegam com péssima formação. Apesar disso, elogiou a flexibilização da proposta da reforma, salientando a questão da relação entre os municípios para que se dê uma melhor oferta dos itinerários, inclusive sugerindo que possam realizar parcerias com empresas e outras instituições.

*Eu acredito que a direção da reforma, ela está na direção correta. Eu acredito na importância da flexibilização curricular, eu acho que isso tem a ver com a sociedade contemporânea, tem a ver com o que os jovens estão se expressando, tem a ver com uma necessidade de autoria e protagonismo que a sociedade contemporânea tem apresentado pra nós (Maria Alice Setúbal, 4ª reunião da CMMPV 746/2016, 8/11/2016).*

Ressaltou a importância da formação dos professores, para que se possa atender ao novo ensino médio. Afirmou ser importante que a BNCC, indispensável à implementação do novo ensino médio, seja construída com amplo debate, inclusive com os educadores, ainda que não apresente a forma como possa acontecer.

Citou uma pesquisa do próprio CENPEC que diria que a implementação do tempo integral costuma aprofundar as desigualdades. Criticou a punição de escolas que não atinjam resultados esperados.

*[...] eu realmente não entendo por que em um momento de crise existe uma opção em direção a se privilegiar uma parcela pequena, minoritária, de alunos que vão estar podendo frequentar a escola de tempo integral (Maria Alice Setúbal, 4ª reunião da CMMPV 746/2016, 8/11/2016).*

Salientou que os países que são “mais bem-sucedidos” procuram a oferta de uma educação de qualidade para

todos, e que a reforma, pelos recursos que pretende disponibilizar para a implementação do tempo integral, atenderá apenas uma pequena parcela.

Frisou que a formação técnica deve estar de acordo com as demandas dos jovens e do mercado. Questionou os recursos frente a aprovação da PEC241 (PEC do teto dos gastos)<sup>[2]</sup>. Salientou a importância da valorização dos conhecimentos frente aos diplomas.

O representante seguinte foi o Ricardo Henriques, presidente do Instituto UNIBANCO. A solicitação pela sua presença foi feita com o requerimento de número 8, pelo deputado Thiago Peixoto (PSD-GO). A justificativa foi pela prioridade que a instituição realiza com o trabalho na educação, especialmente pelo projeto Jovem do Futuro, que procuraria a melhora do ensino médio público.

Ricardo Henriques começou criticando a tramitação da reforma por meio de medida provisória, pela dificuldade de aderência nas escolas. Em tom de intimidade disse:

*Tô olhando aqui o secretário do MEC dizendo 'nós já conversamos sobre isso', professor Rossieli, que tem longa experiência no ensino médio (Ricardo Henriques, 4ª reunião da CMMPV 746/2016, 8/11/2016).*

De forma geral, concordou com o conteúdo da proposta, considerando os dados negativos que compõe o atual ensino médio. Por ter 13 disciplinas obrigatórias, conteudistas e enciclopédicas, pouco diálogo entre elas e uma supervalorização da memorização. Insiste na crítica à memorização, inclusive pela falta de diálogo entre as disciplinas.

*[...] vou fazer uma blasfêmia aqui: se a gente pensasse a educação como uma grande função de produção, em que a tecnologia é a pedagogia e o principal ativo é os professores, a questão específica de como ensinar não está em jogo (Ricardo Henriques, 4ª reunião da CMMPV 746/2016, 8/11/2016).*

Fez elogio marcante em relação à flexibilização proposta na reforma. Alegando que o atual currículo não dialoga com a vida dos jovens e que pessoas aprendem de formas diferentes, justificou o benefício da proposta de trajetória diversificada com uma base comum. No caso do itinerário profissionalizante, sugere que a formação seja inicial, possibilitando a continuação no nível pós-médio, mas questiona a certificação, considerando a flexibilidade. Sugere, ainda, a responsabilidade do sistema "S" frente a esta questão.

Alegou a necessidade de se discutir a formação de professores para atender a BNCC, uma vez que hoje a educação estaria mais orientada pelas provas de avaliação externa. A formação inicial deveria, segundo ele, se pautar nas questões de como ensinar e nas práticas didáticas. Ao responder as questões, o representante do Instituto Unibanco disse que a formação de um professor deveria ser comparada a de um engenheiro, ressaltando os aspectos práticos do ensino e da didática. Ainda que elogie a flexibilização, alerta para as cidades de baixa densidade demográfica e a possibilidade de aumento das desigualdades.

O quinto palestrante, vinculado a uma escola privada, foi Danival Roberto Alves - Diretor do colégio Cinesista. Não foram encontrados requerimentos solicitando sua presença. Em sua fala, versou mais sobre a falta de atratividade do atual ensino médio, que não ofereceria "apetite" aos alunos. Conjecturando que os que ainda têm "apetite" são os que possuem "vocaçãõ" para o ensino superior. Ressaltou a importância da formação de professores, comentando que a reforma não funcionará sem tocar nesse assunto. Apesar de comentar sobre as competências da BNCC, seu discurso versou mais sobre a importância da epistemologia científica.

O Todos Pela Educação (TPE) foi a sétima entidade do meio empresarial a ser representada, dessa vez na 5ª reunião da comissão mista, convidadas pelos requerimentos nº 28, da deputada Fatima Bezerra (PT-RN), sem apresentar justificativa, e nº 5 do deputado Thiago Peixoto (PSD-GO), justificando da seguinte maneira:

*Fundado em 2006, o Movimento "Todos pela Educação" é um movimento da sociedade brasileira, a partidário, que tem como objetivo garantir uma educação de qualidade. Nesse sentido, nos últimos anos o "Todos pela Educação" tem sido um caracterizado publicamente por ser um fomentador e catalizador de debates e estudos com foco na educação. (Requerimento no 5).*

Na ausência justificada da presidenta do movimento Priscila Cruz, Olavo Nogueira Filho, gerente de projetos, que protagonizou a fala. Começa por elogiar a reformulação do currículo proposto pela medida provisória, já que a reforma não seria do ensino médio como um todo, mas do desenho curricular.

O representante do TPE alegou que a proposta está de acordo com "diversos especialistas", se referindo, sobretudo, a um documento publicado pela entidade em 2013, resultado de uma conferência, "Educação em Debate" (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2013).

*[...] o caminho proposto pela MP está em linha com as indicações de diversos especialistas (Frase exposta nos slides da apresentação de Olavo Nogueira Filho, 5ª reunião da CMMPV 746/2016, 9/11/2016).*

Também citou outra pesquisa do TPE, "Jovens: do que sentem falta no currículo do Ensino Médio", que seria publicado em novembro de 2016. Falando de resultados preliminares, a pesquisa mostraria que os jovens demandariam um currículo mais prático, com educação para a economia, para a vocação, etc.

Olavo Filho trouxe algumas preocupações tais quais: impacto na contratação de professores; definições dos currículos estaduais e possíveis aumento das desigualdades; distribuição das ofertas dos itinerários dentro de uma mesma cidade; diretrizes para a contratação do Notório Saber; mudanças no ENEM; BNCC e sua distribuição de acordo com o currículo flexível.

Afirmou que a reforma propõe uma "arquitetura geral" do currículo do ensino médio e que caberá ao CNE melhor regulamentação. Ressaltou a importância da formação de professores, alegando ser uma das principais questões para a melhoria de desempenho dos estudantes.

A 8ª reunião da comissão mista teve como palestrante João Batista Araújo e Oliveira, Presidente do Instituto Alfa e Beto. Cabe salientar que não foram encontrados requerimentos solicitando sua participação nas audiências. Sua fala começa por elogiar a reforma, principalmente pela possibilidade de oferta de educação profissional como itinerário formativo, sem a necessidade de que o aluno cursasse toda a parte propedêutica.

*A meu ver, só o fato de a lei trazer de volta o ensino médio técnico como uma opção de ensino médio já compensa todos os outros pecados mortais que essa lei possa ter. Esse já será um grande reencontro do Brasil com seu passado, reencontro do Brasil com a sua economia, com a sua população, com a sua juventude. Em que pese todos os problemas que essa lei pudesse ter, só isso justificaria sua aprovação* (João Batista Araújo e Oliveira, 8ª reunião da CMMPV 746/2016, 23/11/2016).

Alegou que o problema das pequenas cidades pode ser facilmente suprido com o uso de tecnologias e de mobilidade:

*Acerca das outras disciplinas, se a escola não tiver escala, as tecnologias permitem hoje que, em qualquer lugar do Brasil, se tenha acesso ao melhor professor do melhor curso* (João Batista Araújo e Oliveira, 8ª reunião da CMMPV 746/2016, 23/11/2016).

Elogiou esta forma apresentando projeções de financiamento onde quanto mais alunos fizessem o itinerário profissional menor seriam os custos para o Estado. Se posicionou contrário ao aumento da carga horária por não encontrar paralelo de evidências em relação à melhora do desempenho. Ainda, para evitar a elitização das escolas em tempo integral, sugere a reserva de vagas (cotas).

Nesta mesma audiência, foi convidado o Prof. Simon Schwartzman, do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), registrado em 2000 como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). O convite para a presença desta instituição foi feito pelo requerimento de número 29 do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), sem uma justificativa específica. Vale lembrar que trabalhos da IETS, sobretudo do Simon Schwartzman, são com frequência citados pelo empresariado.

Sua fala começou com a crítica pela ineficiência dos recursos que não têm melhorado os índices educacionais. Colocou que a reforma não irá suprir os problemas educacionais, mas eliminaria uma barreira importante, relacionada a uma suposta concepção de ensino médio aplicado nos outros países, o “currículo único” para todos.

*No mundo inteiro, ninguém pretende que os jovens tenham o mesmo sistema de ensino integral pra todo mundo, porque não existe conhecimento integral, hoje em dia o conhecimento é enorme e ninguém é capaz de entender tudo, as pessoas aprofundam em uma área, em função dos seus interesses, das suas motivações, em função também de como elas chegam no EM* (Simon Schwartzman, 8ª reunião da CMMPV 746/2016, 23/11/2016).

Defendeu a ideia de que hajam percursos diferentes para os alunos, considerando que nem todos seguem a trajetória para o ensino superior. Mesmo para os que irão ter acesso ao ensino superior, não seria necessário que aprendessem tudo.

*Se eu for fazer uma opção universitária eu também vou tomar caminhos diferentes, nem todo mundo que vai pra universidade tem que aprender igualmente física, sociologia, química, história, biologia, pra fazer a mesma prova no final, isso é uma aberração nacional* (Simon Schwartzman, 8ª reunião da CMMPV 746/2016, 23/11/2016).

Sugeriu também a adoção de normativas para a medida provisória, sobretudo para a educação mais acadêmica, que supostamente atenderiam aqueles 20% que vão ao ensino superior. Salientou que é necessário ter cuidado para não “encher” a parte comum e poder privilegiar a parte diversificada. “Se ele não optar, e tiver que estudar 13 ou 14 disciplinas não aprenderá absolutamente nada”.

Frisou a importância da formação subsequente para as pessoas que já fizeram o ensino médio que “não serviu pra nada”. Em relação ao ensino técnico, afirmou que o Brasil é o único país do mundo onde o estudante que faz a formação profissional tem que cursar todo o currículo do ensino médio.

*O modelo que nós temos no Brasil é um modelo completamente absurdo, que você tem que fazer todo o currículo médio e depois faz o técnico, no mundo inteiro não é assim, no mundo inteiro o técnico é uma opção dentro do ensino médio, essa é uma das grandes contribuições dessa proposta* (Simon Schwartzman, 8ª reunião da CMMPV 746/2016, 23/11/2016).

Ressaltou que a formação deve ter relação com as instituições públicas para a educação profissional, como os institutos federais e os centros Paula Souza, mas deve-se trazer a experiência do setor privado.

*Você vai ter que trazer a experiência do setor privado. O setor privado não é um bicho-papão, não é uma megera, setor privado é quem produz a riqueza do país, as pessoas querem trabalhar no setor privado, e os sistemas mais bem sucedidos de formação profissional no mundo são os sistemas onde o setor privado participa diretamente na concepção e na formação do aluno em parceria com o setor público, em parceria com as associações profissionais e com os sindicatos* (Simon Schwartzman, 8ª reunião da CMMPV 746/2016, 23/11/2016).

Encerra sua fala com anuência em relação à reforma, alegando que o Brasil está na direção correta em relação aos outros países.

Outras instituições ligadas ao empresariado e ao terceiro setor foram também convidadas por meio de requerimentos para participarem das audiências públicas, mas não compareceram.

### **Considerações Parciais ou Finais ou acerca das falas dos empresários.**

Alguns participantes do empresariado levantaram a preocupação das cidades com poucas ou apenas uma escola de ensino médio e a possibilidade de ofertas dos itinerários. Outros sugeriram o uso de tecnologias para suprir esta questão. Não houveram muitas considerações sobre pontos mais críticos da reforma, como se houvesse consenso. Não houve qualquer menção aos diversos posicionamentos de entidades científicas e de classe contrárias a reforma.

O caráter de medida provisória também não foi motivo para críticas mais contundentes pelo empresariado. Ricardo Henriques, do Instituto Unibanco, questionou a possibilidade da reforma, por meio de medida provisória, dificultar a adesão das escolas, mas não pelo caráter antidemocrático. Muitos atores levantaram a ideia de que o conteúdo da reforma seria semelhante ao Projeto de Lei 6840/2013 que estava em tramitação e discussão há vários anos no congresso.

*Então, você está falando de um debate praticamente completando cinco anos dentro do Parlamento, só em torno do projeto que tramita na Casa [PL6840/2013]. Um debate bastante longo (ex-Ministro do MEC, José Mendonça Filho, 11ª reunião da CMMPV 746/2016, 28/11/2016).*

Esse argumento foi utilizado para justificar o trâmite em medida provisória, como se os projetos fossem idênticos. Vale lembrar ainda que o PL6840/2013 estava para ser votado em plenário desde 2015. Embora contenham semelhanças, as diferenças são importantes. Uma primeira diferença marcante entre as duas propostas é que o PL determinava que a base comum contemplaria, além de matemática e português, “o conhecimento do mundo físico e natural, a Filosofia e a Sociologia, a realidade social e política (especialmente a brasileira) e uma língua estrangeira moderna” (BRASIL, 2013, s/p.). O substitutivo do PL reforçou essa ideia. Diferente da MP, altamente flexível nesse aspecto, os alunos teriam acesso a base comum em todas as séries do ensino médio. O PL também não determinava uma carga-horária máxima para a base nacional comum, o que, na prática, poderia fornecer mais acesso aos conteúdos humanísticos aos jovens do ensino médio.

No PL, os itinerários formativos eram opções dos alunos e não de oferta dos sistemas educativos como na MP. As diversificações foram pensadas no PL como ênfases em algumas áreas, o que poderia gerar uma formação humanística maior aos alunos se comparado com a MP. Nesse sentido, a proposta criada na medida provisória se aproxima muito mais daquelas defendidas pelo empresariado – em muitos aspectos idêntica à proposta do Instituto Unibanco no documento organizado pelo Todos Pela Educação (2013). Outros elementos da MP, distintos da proposta do PL, são também bastante significativos, em especial a possibilidade de oferta de parte do ensino médio à distância e o “notório saber” para a educação profissional.

A reforma empreendida pela medida provisória segue a tendência global de reformas curriculares, sobretudo no que diz respeito a flexibilização do currículo (SALHBERG, 2006) ainda que não procure aproximar o financiamento e infraestrutura em relação aos países que supostamente serviram de base para a proposta. O espírito dos discursos durante as audiências evidencia aqueles aspectos descritos por Dardot e Laval (2009) da racionalidade neoliberal e que estão de acordo com os documentos de organismos multilaterais.

O contexto político da produção da reforma, com o golpe parlamentar de 2016, está inserido nessa ofensiva do campo neoliberal ortodoxo (BOITO, 2018). A defesa destes setores do empresariado à reforma aponta um comportamento que não parece distinguir as frações de classe da burguesia interna e da compradora. O empresariado que atua na orientação das políticas educacionais, por mais que na economia possa se diferenciar entre as frações com interesses oras distintos, parece se unir nas pautas educacionais, aceitando e legitimando as orientações do imperialismo, propostas pelos organismos multilaterais, dos quais a reforma atendeu diretamente.

Um novo modelo de ensino médio oferecerá, além das opções de aprofundamento nas áreas do conhecimento, cursos de qualificação, estágio e ensino técnico profissional de acordo com as disponibilidades de cada sistema de ensino, o que alinha as premissas da presente proposta às recomendações do Banco Mundial (BRASIL, 2016, s. p.)

Outros elementos da reforma apontam para a relação imperialista que ela caracteriza. O empréstimo para estudos de implementação junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) em abril de 2018, no valor de 250 milhões de dólares (BRASIL, 2018a), aliena a implementação da reforma ao Programa para Resultados (PforR) na formação de professores, construção de currículos e estudos de viabilidade, que poderá ser inteiramente realizado por entidades privadas. O PforR “vincula os repasses do empréstimo ao alcance de resultados, que são medidos por indicadores que serão acordados entre o MEC e o banco”, como já havia sido anunciado (BRASIL, 2017b, s.p.).

Essa é uma característica emblemática do que Harvey (2004) chamou de o Novo Imperialismo. Os empréstimos concedidos pelos países imperialistas se alienam em torno de ajustes estruturais, promovendo um processo de globalização e reformas neoliberais associadas. A Organização Mundial do Comércio (OMC) também se alia ao rol dos organismos internacionais que exercem pressão em prol do imperialismo.

Nesse sentido, a reforma também atendeu as diretrizes propostas pela OMC (cf. SIQUEIRA, 2004) em diversos aspectos, dos quais alguns foram elogiados pelos empresários durante as audiências: a liberalização de serviços por meio da indução das parcerias, sobretudo com as instituições de educação à distância<sup>[3]</sup>; a baixa regulamentação nestas parcerias e com o “notório saber” para o itinerário da educação profissional; a alta flexibilidade proposta na reforma.

Até o presente momento da pesquisa, o comportamento, o discurso e as pautas do empresariado que atua na produção das políticas educacionais no Brasil, por mais que as vezes representem frações da burguesia interna, parecem não apresentar demandas distintas entre as frações da burguesia compradora, servindo às orientações dos organismos que representam o Novo Imperialismo.

### **Referências**

novembro de 2018. Disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/conselho-nacional-de-educacao-liberal-no-ensino-medio/> Acesso em: 11 dez. 2018.

BOITO JR., A. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. **Crítica Marxista**, n.42, p.155-162, 2016.

\_\_\_\_\_. **Reforma e crise política no Brasil**: Os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 1988.

\_\_\_\_\_. Câmara dos deputados. **Projeto de lei no 6840, de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional...Poder Legislativo, Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. Poder Executivo. Medida Provisória n.º 746, de 22 de setembro de 2016. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 set. 2016, Seção I, p. 1.

\_\_\_\_\_. Poder Legislativo. Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 17 fev. 2017a, Seção I, p.1.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Ministério da Educação vai buscar apoio para implementação do Novo Ensino Médio**. Portal do MEC, 17 jul. 2017b. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/51871-ministerio-vai-buscar-apoio-para-implementar-novo-ensino-medio>>. Acesso em: 03 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. Poder Legislativo. Resolução n.º 4, de 18 de abril de 2018. Autoriza a República Federativa. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 18 abr. 2018a, Seção I, p.7.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Resolução n.º 03, de 21 de novembro 2018. Atualiza as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio. **Diário Oficial da União**, 22 de novembro de 2018b, Seção I, p. 21. Brasília, DF, Ministério da Educação, Câmara de Educação Básica.

FERRETTI, C., J. DESENVOLVIMENTO NACIONAL E REGIONAL E AS DEMANDAS AO CAMPO DA EDUCAÇÃO. **ESTUDOS AVANÇADOS**, São Paulo, v.93, n.32, 2018.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **La nouvelle raison du monde**: essai sur le société néolibérale. La Découvert: Paris, 2009.

SALHBERG, P. EDUCATION REFORM FOR RAISING ECONOMIC COMPETITIVENESS. **Journal of Educational Change**, Netherlands, v. 7, n.4, p.259-287, dec. 2006.

SIQUEIRA, A. C. A regulamentação do enfoque comercial no setor educacional via OMC/GATS. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 145-184, maio/ago. 2004.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação em debate**: por um salto de qualidade na Educação Básica. Editora Moderna: São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/zDt5oc>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

ZAN, D.; KRAWCZYK, N. A disputa cultural: o pensamento conservador no Ensino Médio brasileiro. In: KRAWCZYK, N.; LOMBARDI, J. C. **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando; Campinas: Faculdade de Educação, 2018.

[1] "O conceito de burguesia interna indica a fração da burguesia que ocupa uma 'posição intermediária' entre burguesia compradora, que é uma mera extensão dos interesses imperialistas no interior dos países coloniais e dependentes, e a burguesia nacional, que em alguns movimentos de libertação nacional do século XX chegou a assumir posições anti-imperialistas" (BOITO JR., 2018, p.25).

[2] Se encontrava em período de votação durante as audiências da MP746/2016.

[3] A regulamentação da proporção da carga-horária para a educação à distância foi deixada ao Conselho Nacional de Educação, que vale salientar contém forte participação de empresários. A proposta inicial de Temer era de permitir até 40% no ensino médio regular e 100% na EJA. Diante da repercussão negativa (BASILIO, 2018) houve um leve recuo. Ficou definido, com as novas diretrizes curriculares para o Ensino Médio, até 20% para o ensino médio regular diurno, 30% para o noturno e 80% para a EJA (BRASIL, 2018b).